



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 36/2018

PREGÃO PRESENCIAL № 16/2018

PRAZO: de 02 de março de 2018 a 01 de março de 2019

Ata de registro de precos que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA -PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Frank Ariel Schiavini, portador do CPF sob o nº 938,311,109-72 e RG nº 5,767,644-2, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa FABIO L. SZYCHTA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Rotary, 692 - Santana, na cidade de Guarapuava (85.070-280), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 25.115.613/0001-03, neste ato representada pelo Sr. Fabio Luis Szychta, portador do CPF nº 024.197.789-44 e RG nº 7.336.607-0, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL № 16/2018, do tipo menor preco por ITEM, no sistema de registro de precos, para FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS E PROTETORES NOVOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Lei Complementar nº 147. de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: A presente ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS**, **CÂMARAS DE AR NOVAS E PROTETORES NOVOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição e conforme abaixo discriminado:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	9	10,0	UN	11310	CAMARA DE AR NOVA PARA PNEU REFERENCIA 900 X 16, BICO CURTO, EMBALAGEM: COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	QBOM TR15	54,90	549,00
1	13	20,0	UN	8649	PNEU BORRACHUDO, CONVENCIONAL, REFERENCIA 1000, ARO 20, 16 LONAS, BORRACHUDO, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO, PARA TRACAO DE CAMINHAO E ONIBUS.	PIRELLI RT59	1.037,00	20.740,00
1	16	30,0	UN	8654	PNEU DIAGONAL DIANTEIRO, REFERENCIA 7.50, ARO 16, 12 LONAS, LISO, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO, PARA EIXO DIRECIONAL DE MICRO ONIBUS	PIRELLI CT52	474,00	14.220,00
1	42	12,0	UN	8685	PNEU RADIAL, REFERENCIA 265/70 ARO 15, - NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	PIRELLI S-ATR	544,90	6.538,80
1	45	15,0	UN	10924	PNEU RADIAL, LISO PARA USO MISTO (ASFALTO/TERRA) REFERENCIA 750, R16, 12 LONAS, 121/120L, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	PIRELLI FG85	759,90	11.398,50
1	46	10,0	UN	10925	PNEU RADIAL, LISO PARA USO MISTO (ASFALTO/TERRA) REFERENCIA 900, R20, 16 LONAS, 140/137K, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	PIRELLI FG01	1.265,00	12.650,00





				VALOR TOTAL E	STIMADO	68.	182,90
1 56	20,0	UN	8266	PROTETOR RADIAL, DE CAMARA DE AR, REDONDO, FLEXIVEL, PARA PNEU REFERENCIA ARO 25	IRBO RADIAL	104,33	2.086,60

(sessenta e oito mil e cento e oitenta e dois reais e noventa centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<u>Parágrafo Primeiro</u>: As despesas decorrentes da contratação, objeto desta ATA, serão pagas por intermédio das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Código Reduzido
03/01	Administração S.M.A.	03.001.04.122.0003.2.006	3.3.90.30.39.01	000	3018
03/01	Administração S.M.A.	03.001.04.122.0003.2.006	3.3.90.30.39.02	000	3019
03/01	Administração S.M.A.	03.001.06.182.0005.2.009	3.3.90.30.39.01	000	3020
03/01	Administração S.M.A.	03.001.06.182.0005.2.009	3.3.90.30.39.02	000	3021
03/02	FUNREBOM	03.002.06.182.0007.2.010	3.3.90.30.39.01	000	3022
03/02	FUNREBOM	03.002.06.182.0007.2.010	3.3.90.30.39.02	000	3023
05/01	Departamento de Educação	05.001.12.361.0013.2.012	3.3.90.30.39.01	000	3024
05/01	Departamento de Educação	05.001.12.361.0013.2.012	3.3.90.30.39.02	000	3025
05/01	Departamento de Educação	05.001.12.361.0015.2.014	3.3.90.30.39.01	000	2949
05/01	Departamento de Educação	05.001.12.361.0015.2.014	3.3.90.30.39.02	000	3026
05/03	Departamento do Desporto	05.003.27.812.0018.2.019	3.3.90.30.39.01	000	3027
05/03	Departamento do Desporto	05.003.27.812.0018.2.019	3.3.90.30.39.02	000	3028
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.027	3.3.90.30.39.01	000	3029
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.027	3.3.90.30.39.02	000	3030
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.302.0019.2.062	3.3.90.30.39.01	000	3031
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.302.0019.2.062	3.3.90.30.39.02	000	3032
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.066	3.3.90.30.39.01	000	3033
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.066	3.3.90.30.39.02	000	3034
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.065	3.3.90.30.39.01	000	3035
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.065	3.3.90.30.39.02	000	3036
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.304.0019.2.034	3.3.90.30.39.01	497 30	
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.304.0019.2.034	3.3.90.30.39.02	497	3038
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.305.0019.2.035	3.3.90.30.39.01	497	3039
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.305.0019.2.035	3.3.90.30.39.02	497	3040
10/02	Departamento de Promoção Humana	10.002.08.244.0023.2.036	3.3.90.30.39.01	000	3041
07/01	Departamento de Agropecuária	07.001.20.606.0024.2.048	3.3.90.30.39.01	000	3042
07/01	Departamento de Agropecuária	07.001.20.606.0024.2.048	3.3.90.30.39.02	000	3043
07/01	Departamento de Agropecuária	07.001.20.606.0024.2.045	3.3.90.30.39.01	000	3012
07/01	Departamento de Agropecuária	07.001.20.606.0024.2.045	3.3.90,30.39.02	000	3044
11/01	Departamento de Meio Ambiente	11.001.18.541.0026.2.043	3.3.90.30.39.01	000	3045
11/01	Departamento de Meio Ambiente	11.001.18.541.0026.2.043	3.3.90.30.39.02	000	3046
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001,15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.01	000	2898
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.02	000	3047
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.01	000	2897
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.02	000	3048







09/01	Depto. De Indústria, Comércio e Serviços	09.001.22.661.0033.2.059	3.3.90.30.39.01	000	3049
09/01	Depto. De Indústria, Comércio e Serviços	09.001.22.661.0033.2.059	3.3.90.30.39.02	000	3050
09/02	Departamento de Turismo	09.002.18.695.0033.2.063	3.3.90.30.39.01	000	3051
09/02	Departamento de Turismo	09.002.18.695.0033.2.063	3.3.90.30.39.02	000	3052

<u>Parágrafo Segundo</u>: As despesas de outros órgãos ou entidades do CONTRATANTE que utilizem desta Ata correrão por sua conta.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: O CONTRATANTE reserva se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da quantidade estimada.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Os preços dos produtos a serem contratados, são os constantes da presente Ata, ofertados pela DETENTORA acima classificada com os menores preços.

<u>Parágrafo Segundo:</u> O CONTRATANTE monitorará os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> O CONTRATANTE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, despesas de pessoal, etc), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Não será concedido nenhum reajustamento de preços no período da contratação, ressalvada a hipótese de aplicação do Artigo 65, Inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, que prevê a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, de 02 de março de 2018 a 01 de março de 2019.

<u>Parágrafo Segundo</u>: O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo rescindir a Ata, independentemente de infringência contratual por parte da DETENTORA, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Cumprir o objeto da Ata de Registro de Preços, entregando os produtos especificados no Anexo I – Termo de Referência do Edital de **Pregão Presencial nº 16/2018**, adjudicados no certame dentro do prazo determinado pelo CONTRATANTE, de acordo com o preço registrado e a cláusula oitava.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Assumir, com responsabilidade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pelo CONTRATANTE.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na entrega do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à sua execução.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o CONTRATANTE.



Página 3 de 8





<u>Parágrafo Sexto</u>: Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

<u>Parágrafo Sétimo</u>: Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa do Contratante.

<u>Parágrafo Oitavo</u>: Manter-se, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

<u>Parágrafo Nono</u>: Responsabilizar-se pelos ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais que se fizerem necessários para a boa execução do objeto da contratação. As despesas com qualquer tipo de análise do material no ato da entrega, caso seja necessário, correrão por conta da DETENTORA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DEMAIS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA, efetuando os pagamentos de acordo com a cláusula nona.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Acompanhar a entrega do objeto contratado, efetuado pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.

<u>Parágrafo Quinto</u>: Fiscalizar o fornecimento por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Sexto:</u> O Departamento de Administração será responsável pela pratica de todos os atos de controle do registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA: DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Os produtos objeto desta ATA deverão ser entregues somente mediante autorização de fornecimento, em até 05 (cinco) dias da solicitação da divisão de compras, no local indicado pelo departamento, independentemente da quantidade solicitada.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Os produtos deverão ser entregues, na especificação discriminada Anexo I – Termo de Referência do Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A DETENTORA obriga-se a substituir os produtos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Os produtos, objeto desta ata deverão ser entregues nas secretarias municipais/departamentos, conforme descrição do item ganho, correndo por conta da detentora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

<u>Parágrafo Quarto</u>: A DETENTORA deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessária, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. Ao Município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega os produtos, as quais somente serão validas para esta licitação.

<u>Parágrafo Quinto</u>: O recebimento dos produtos passara por análise dos mesmos, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificação contidas no Termo de Referência, para a aceitação definitiva.

<u>Parágrafo Sexto</u>: O CONTRATANTE reserva-se ao direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas no Edital e Ata de Registro de Preços, ou que seja considerado inadequado pelo mesmo.







<u>Parágrafo Sétimo</u>: A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil do produto será da DETENTORA. Consequentemente ela não poderá solicitar prorrogações de prazos em decorrência do atraso na entrega.

<u>Parágrafo Oitavo</u>: Os produtos serão registrados pelo prazo de 12 (doze) meses. <u>As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando ao Município a adquiri-las</u>.

<u>Parágrafo Nono</u>: A Detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observando os limites máximos estimados.

<u>Parágrafo Décimo</u>: O Município de Coronel Vivida reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Décimo Primeiro</u>: A detentora é obrigada a substituir, imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades.

<u>Parágrafo Décimo Segundo</u>: A DETENTORA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar o CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, na execução do objeto contratado, isentando o CONTRATANTE de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos, inclusive quanto as de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e civil.

<u>Parágrafo Décimo Terceiro</u>: A DETENTORA se obriga a respeitar, rigorosamente, na execução desta ata de registro de preços, legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, bem como normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente.

<u>Parágrafo Décimo Quarto</u>: Os produtos, no ato da entrega, deverão estar acompanhados da Nota fiscal descritiva, constando nº da Autorização de Fornecimento, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como da CND de Tributos Federais e do FGTS.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferencia e aceitação pelo Departamento responsável.

<u>Parágrafo Segundo</u>: As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à DETENTORA e seu vencimento ocorrerá até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

Parágrafo Terceiro: O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da DETENTORA.

<u>Parágrafo Quarto</u>: O pagamento será efetuado referente aos produtos fornecidos, após a comprovação de que a empresa DETENTORA está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos relativos aos Tributos Federais e o FGTS e entrega da Nota Fiscal de fornecimento dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.

<u>Parágrafo Quinto</u>: A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas de <u>TRIBUTOS FEDERAIS</u> e do <u>FGTS</u>, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade da DETENTORA, manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal).

<u>Parágrafo Sexto</u>: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

- "6. <u>Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e</u>, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:
- 6.1. <u>destinadas à Administração Pública</u> direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos <u>Municípios</u>:
 - 6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;
 - 6.3. de comércio exterior."







<u>Parágrafo Sétimo</u>: Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: O CONTRATANTE reserva-se o direito de cobrar da DETENTORA e a DETENTORA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta ata de registro de preços, bem como a facilitar ao CONTRATANTE a fiscalização das entregas dos produtos ora contratados.

<u>Parágrafo Segundo</u>: O CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a fiscalização das entregas dos produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a ata de registro de preços, caso a DETENTORA desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta ata.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: O CONTRATANTE poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento do fornecimento dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. <u>Parágrafo Quarto</u>: A fiscalização do CONTRATANTE não diminui ou substitui as responsabilidades da DETENTORA, decorrente de obrigações aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: Pelo CONTRATANTE, quando:

- a) A DETENTORA descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) A DETENTORA não retirar a Nota de Empenho e/ou a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) A DETENTORA der causa a rescisão administrativa da ATA;
- d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ATA;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente fundamentado.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Pela DETENTORA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar a Ata de Registro de Preços.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Nas hipóteses previstas parágrafo terceiro, a comunicação do cancelamento do preço registrado será publicada na Imprensa Oficial Municipal juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

<u>Parágrafo Quarto</u>: A solicitação da DETENTORA para cancelamento do registro de preço deverá ser protocolada no Município de Coronel Vivida – PR, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e nesta Ata, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado à DETENTORA o contraditório e a ampla defesa.

<u>Parágrafo Quinto</u>: Cancelada a Ata em relação a uma DETENTORA, o CONTRATANTE poderá contratar com aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço.

<u>Parágrafo Sexto</u>: Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo CONTRATANTE, a DETENTORA será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

<u>Parágrafo Sétimo</u>: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita na Imprensa Oficial Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Parágrafo Primeiro: A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver al proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Coronel Vivida - PR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.







<u>Parágrafo Segundo:</u> A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: A sanção de que trata o parágrafo anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o preço total da ata de registro de preços, no caso da DETENTORA dar causa ao cancelamento da mesma;
- c) Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total da ata de registro de preços, por dia de atraso, no caso da DETENTORA não cumprir qualquer clausula do edital ou da ata, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando se dará por cancelada a Ata;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 5 (cinco) anos; e
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- f) A aplicação da sanção prevista no parágrafo terceiro, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas b, c e d, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Ocorrendo à inexecução de que trata o parágrafo segundo, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

Parágrafo Quinto: A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas no Edital.

<u>Parágrafo Sexto:</u> A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da assessoria jurídica do Município de Coronel Vivida – PR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

<u>Parágrafo Único</u>: A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e detentoras, ensejando sanções pelo descumprimento desta cláusula em todas as atas de registro de preços celebrados com a Administração Pública Municipal.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata de registro de preços;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução da ata de registro de preços;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "pratica coercitiva": prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a







apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o CONTRATANTE promover inspeção.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pela ata de registro de precos em questão;

<u>Parágrafo Quarto:</u> Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao CONTRATANTE ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução da ata de registro de preços, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo CONTRATANTE.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física DETENTORA em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Presencial nº 16/2018** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

<u>Parágrafo Quarto</u>: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente. <u>Parágrafo Quinto</u>: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Testemunhas:

### ATTO BY COMMENTS	5.36 (102,60) 5.36 (102,60) 13.34 (102,60) 13.34 (102,60) 43.44 (102,60) 43.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.44 (102,60) 44.45 (102,60) 44.46 (102,60)	ATTO GRAPH STEEL S	486 517 D 4 30 486 517 D 4 30 10 65 7 7 10 65 7 7	UP Erade do Farral Balanço Patrimoniel se o 2000, 19 se o 2000,	TANNOL FATO ENGLISHED ENGLISH ENGLIS	######################################	Exercise Asker 12 50s 12 5
The Control of Contr	13.3 5.30 102.00 13.30 1	Herioda (Herioda Ce 2017 Unicida Genes 1999 – CONTOLADO TOTAL CONTOLADO ATTO CROULASTE CONTOLADO CRESTORA CO	5 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	Balango Patrimonial Anti-Service SS 627 200-12 A1774 200-46 A1774 200-	ERIFORNIA (2) FERIFORNIA (2) FROM A CONTROL OF THE CONTROL OF TH	######################################	Exercise Assertion 2 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5
	\$3.50 (100,00) \$3.50 (100,00) \$13.50 (100,00)	THE STATE OF THE S	5 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	24.00 (10.00) PARADO O O O O O O O O O O O O O O O O O O	ERIFORNIA (2) FERIFORNIA (2) FROM A CONTROL OF THE CONTROL OF TH	######################################	Exercise
	\$3.50 (100,00) \$3.50 (100,00) \$13.50 (100,00)	ATTO CALCULANTE ATTO CALCULANTE CHETTICA CONTO PRANC ENTOCUE ENTOC ENT	5 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	### PART PART	REMOVEMENTS INCOME TO THE STATE OF THE STAT	######################################	17 52 52 52 52 52 52 52 52 52 52 52 52 52
\$4,000 \$	\$3.50 (100,00) \$3.50 (100,00) \$13.50 (100,00)	ATTO CREATED ATTO	5 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	### PART PART	REMOVEMENTS INCOME TO THE STATE OF THE STAT	######################################	Exemple
TYPO CONCIDENTATION 3.4 FEB. 2004.19 4.17 FEB. 20	13,295.55 13,295.55 14,445.70 15,446.70 15,446.70 15,446.70 15,446.70 16,447.70	ATTOO CIRCULANTE CRESTORA CUSTO PARAD DEVELOP STORE SECRET (A TEXT OF COMPANY OF COMP	78.707 123.27 1044 50 00 30.000 416.00 30.000 41	### 1995 PARSO OF 1995 PAR	MOULANTE FEATURE TAXANICACIÓN DE FEATUR TAXANICACIÓN DE FEATUR TAXANICACIÓN DE FEATUR TAXANICACIÓN DE FEATUR TAXANICACIÓN DE F	0 1642723 16173 26114,04 20174435 11 201150,46 11 201150,46 12 20174435 22 20 21 774.4 22 20 21 774.4 23 20 21 774.4 24 20 21 774.4 25 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20	12 55 70 34 45 77 45 71 34 71
MAY DE PARTIE DE CESTO DE CONTRE DE	13,295.55 13,295.55 14,445.70 15,446.70 15,446.70 15,446.70 15,446.70 16,447.70	CONFIGURATION AND CONTROL OF THE CON	20,000 45.00 20,000 45.00 20,000 45.00 20,000 45.00 400,117,04.30 400,117,04.30 100,627,70 141,247,77	#1774 200-76 GENTSMATE 1774 200-76 GEN	MARKANIA TANÀNA MARKANIA MARKA	201 1434 201 1443 201 1443 301 1443 31 1244 31	19 0.3 0.3 0.3 0.3 0.3 0.3 0.3 0.3 0.3 0.3
SETTING ACCOUNTS STATE OF THE STATE OF T	11.305.15 43.444.20 43.444.20 43.444.20 44.454.20	CERTIFICA CUTTO PRANT DEVELOPMENT OF THE TOTAL PERSONAL PROPERTY OF THE TOTAL PERSONAL PROP	90,000,418,00 1,000,418,00 1,000,417,018,00 400,117,018,00 1,000,417,018,00 1,000,417,018,00 1,000,417,018,00 1,000,417,018,00 1,000,4	4177-334-5 Demotrated	OS EMILLADORISTA CAUTO PALAD ET CONTES CAUTO PALAD SE CONTES CAUTO PALAD SE CONTES CAUTO PALAD SE PASSA CA	20110-0-100 (1-1-2) (1	457.7 457.7
## 15 CONTROL OF THE	17	CERTIFICA CUTTO PRANT DEVELOPMENT OF THE TOTAL PERSONAL PROPERTY OF THE TOTAL PERSONAL PROP	5.904.551.77 6.004.51.7 6.004.51.7 6.004.51.7 6.004.51.76 6.004.51 6.004.51 6.004.51 6.004.51 6.004.51 6.004.51	4177-334-5 Demotrated	OS EMILLADORISTA CAUTO PALAD ET CONTES CAUTO PALAD SE CONTES CAUTO PALAD SE CONTES CAUTO PALAD SE PASSA CA	201 14430 1 1 25 118,00 1 1 25 118,00 40 181 754.0 20 28 28 4 77.3 20 28 28 28 28 4 77.3 20 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28	45 45 45 45 45 45 45 45 45 45 45 45 45 4
Committee Comm	3 444.50 3 144.50 7 200.44 50 44 45 7 200.44 50 44 45 7 143.4 45 14 14 14 14 46 45 7 143.4 47 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14	PRINCIPAL STATE OF THE	5.904.551.77 6.004.51.7 6.004.51.7 6.004.51.7 6.004.51.76 6.004.51 6.004.51 6.004.51 6.004.51 6.004.51 6.004.51	44.50 13.2 PARACONING TO SERVICE STATE OF THE PROPERTY OF THE	INDECODA CUSTO PROZ 1-2 CENTRAL PROZ 1-1 PROJECTION PROPERTIES IN PROVINCIA PRO 1-1 PROJECTION PROPERTIES IN PROPERTIES IN PRO- 1-2 PROJECTION PROPERTIES IN 1997 PRO- 1-2 PROJECTION PROPERTIES IN 1997 PRO- 1-2 PROJ	201 14430 1 1 253 134,60 24 127 1744.41 25 25 25 27 1744.41 25 25 25 27 177,713 25 25 25 27 177,713 25 25 25 27 177,713 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 2	6.1 6.7 6.1 6.1 6.1 6.1 6.1 6.1 6.1 6.1 6.1 6.1
Common Control Common articles Common articles Common Control Common Control Common Control Common Control Common Control Contro	3 444.50 3 144.50 7 200.44 50 44 45 7 200.44 50 44 45 7 143.4 45 14 14 14 14 46 45 7 143.4 47 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14	MITCHERENT AND	486 517 D 4 30 486 517 D 4 30 10 65 7 7 10 65 7 7	44.014.31.27 ORALGOMINA 43.028.65.57 ORALGOMINA 43.028.65.57 ORALGOMINA 04.61.00 PATYOROGIN 25.75.75.75 ORALGOMINA 25.75.75.75.75 ORALGOMINA 25.75.75.75 ORALGOMINA 25.75.75.75 ORALGOMINA 25.75.75 ORALGOMINA 25.75 ORA	AS CAPITAL PRODUCTION OF THE P	201 14430 1 1 253 134,60 24 127 1744.41 25 25 25 27 1744.41 25 25 25 27 177,713 25 25 25 27 177,713 25 25 25 27 177,713 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 25 2	67. 67. 61.0 61.0 61.0 61.0 61.0
Comparison Com	11 m sec. of 2 m s	ATTION NAS CHICAGAITE PARA CONTRACTOR NAS CHICAGAIT	GCG-11 48:1177-6-38 143(-1) 151(-1)	## 1978 A STORY OF THE PROPERTY OF THE PROPERT	AG CIPPUNETS. THROUGH TA, PHONOPHOLINAS E AS PLOMALIDED TO CO (Fine America)	14 20 1 10 4 4 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	6.7 6.7 6.13 6.13 6.13 6.13
0.840 GROULANTE 4-93 338/8/3/7 394 79 79 10 0000 LOCATION TAXABLETIAL REPORT (ASSET) AND ASSET OF TAXABLETIAL REPORT (ASSET OF TAXAB	44 7786.441,00 34 1,100,4 45 1,100,4 45 1,100,4 47 4,5 1,7 3,1 47 4,5 1,7 3,1 48 40,00,1,7,0,0 20 44 00,1,0,0,7 21 44 00,1,0,0,7 22 44 00,1,0,0,7 23 3,0,0,0,0,0,0	ATTO MICHAELINE ACTOR PLANTS HITCHAELINE ACTOR PLANTS ATTO PRINCIPLE ATTO PRINCIPLE	488 117,043,10 11 41,4 10 43,7,4 10 43,7,4 11 3,1,5 11 3,1,5	495.393.85.57 Security Securi	Timesure (A. Provention and B. S. Albandon and B. S	11 625 13,48 40 31 784 41 25 4 4 77733 25 25 884 7773 25 25 884 7773 27 28 18 1773 27 28 18 1773 27 28 18 1773 28 28 28 28 2773 29 28 28 28 2773 20 28 28 28 2773 20 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28 28	407 413 413 414 415 416 417 417 418
9 MAC GROULANTE 493 338-93, y 384-70 (7,4)	45 74 8 100 7 45 71 100 4 47 47 48 17 3 4 48 47 48 17 3 4 49 47 48 17 3 4 40 47 4 4 5 40 47 4 4 5 40 47 4 4 5 40 47 4 40 47 4 5 40 47 4 5 40 47 4 5 40 47 4 5 40 4 7 4 5 40 4 7 4 7 4 40 4 7 4 40 4 7 4 7	ATTO MICHAELINE ACTOR PLANTS HITCHAELINE ACTOR PLANTS ATTO PRINCIPLE ATTO PRINCIPLE	488 117,043,10 11 41,4 10 43,7,4 10 43,7,4 11 3,1,5 11 3,1,5	495.393.85.57 Security Securi	Timesure (A. Provention and B. S. Albandon and B. S	40 2 2 1 7 14 4 5 1 1 7 14 4 5 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	647 613 613 613 613 613
### ## ## ## ## ## ## ## ## ## ## ## ##	60 45571 582,41 10 11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	HAMMER AND PROCESS OF THE PROCESS OF T	(2005)76 (2005)76 (2005)76 (2005)77 (2005)77	94,000,00 payrowdord (1995) 1995 1995 1995 1995 1995 1995 1995	o Journ	40 891 794.4 254 247 77731 333 244 77731 333 244 77731 337 344 77731 337 344 77731 337 344 77731 337 344 77731 347 347 348 349	617 617 617 617 617 617
### 197.00 ### 197.00	60 45571 582,41 10 11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	HASTINGSTON TOTAL ATTO FI MATO PROMISE PARTO PR	(39 53,78 34 23 3 5 35 23 4 77 2 V	04.00.00 PATTORNOON 200.23 (1) (0.00.06.05.15 (10.00.05.15) 200.25 (10.0	to Johnson	40 891 794.4 254 247 77731 333 244 77731 333 244 77731 337 344 77731 337 344 77731 337 344 77731 337 344 77731 347 347 348 349	617 617 617 617 617 617
44 (2017) 8 (2017) 10 (201	47 47 48 17 3 17 10 47 48 17 3 17 14 48 48 17 48 1 15 48 48 17 48 1 16 48 48 17 48 1 17 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18	TANK OF THE STATE	CAMPAGE TANA	13-14 P. C.		SERVICE STATE OF THE SERVICE S	613 613 613 613 613 48
10 10 10 10 10 10 10 10	16 407 458 179 817 18 19 19 19 18 20 19 19 18 407 458 1774 11 19 10 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19	ATTO PERSONNELLE PROPERTY AND PERSONNELLE PROPERTY PROPERTY AND PERSONNELLE PROPERTY PROPERTY PR	COURSES OF TWO	31700 (851) (000 2000 (1860) (2000 (1960) 2010	MANIETE ESTRETE EST	32.88.777.3 32.88.777.3 33.88.777.3 347.78.078.05 347.78.078.05 347.78.08.05 467.472.546.59	613 613 613 614 614 615
13.70 (0.01)	16 407 458 179 817 18 19 19 19 18 20 19 19 18 407 458 1774 11 19 10 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19	ATTO PERSONNELLE PROPERTY AND PERSONNELLE PROPERTY PROPERTY AND PERSONNELLE PROPERTY PROPERTY PR				51 (A) (B) (B) (B) (B) (B) (B) (B) (B) (B) (B	613 7AH 613 404
(6) 1 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	22 445 000 152 57 32 615 21 152 57 33 512 034 22 47 33 512 034 22	ATION DI ATION PERMANENT PARTO PRANCERO MARTO PRANCERO				32.884.77.47 37.56.07.53 971.794.078.07 (33.11)11 66.316.568.36	
10 A TOTAL CONTROL OF THE STATE	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	ATTOR POTENCIALS ATMOST DIRECTOR TO THE TOTAL TO THE TOTA	Marria Continue II	AND IN COLUMN	ad e Na di Sir Si Linco e Cara	000	
aplicative: Os valores sonasenistos considerem a inovinentegão das acrises inno OFBS		Tione Explicative: Qu visions apresentation of	pureidiran a robitrentação das e	comes tries OFES			
Control and the Control of the Contr							
I EXPLICATIVA: 1's Agressmentação das Demonstrações Contábejas monstrações contábels forem elaboradas com deparância dos dispositivos legalis que regular no essunto, em especial a Lai atarientar nº 101/2000, os Principios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Betor Públic Bilidade Aplicada ao Seico Público e dordis disposições nográficas vigentas; NDTA 2-Datas INTA 2-Datas INTA 2-Datas INTA 2-Datas INTA 2-Datas INTA 2-Datas Municipio de Dato Brancario de Oriol (2016) de 31/12/2016; Municipio de Dato Brancario Augustinio Zucch Profesio Humanicipio de Cantago Sinterno Elizandra K. N. de Silva puedor de CO CRC - PRO 650/78/O-3, n. juli 25/201 Pen 138/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 138/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2016 de 080/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio de Contago Silva puedor de CO Res 25/2017 Municipio d	A_C Dide	NOTA EXPLICATIVA: NOTA 1- Apresentação das Dar As demonstrações contábels por As demonstrações contábels por As demonstrações contábels que concentração de Constante de Const	am elaboradas com obse. Principios de Contabilid Público a demais disposiç sentadas no presente Bel		endem de 01/01/2017 ate :		Brano



Ruz Xavantas, 411 – 2º Ander – Centro - Pato Branc CEP: 85.501-220 - Fone/Fax: (45) 3225-0865 E-mail: <u>conselhosaude@patobranco.pr.gov.br</u>

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Canselha Municipal de Saúdis de Pato Branco, no uso de suas otituações legais, CONYOCA os membras da Comissão de Finanças, do Conselho Deliberativo e população em geral, para Reunião da Conselho Maria em o dia 27/03/2018 (Yinhe e Nove de Março de Dois Mil o Dezolto) -Quinta-teira, às 8:30h (olfo horas e titota minutos), no sola do Conselho Municipal de Saúda, sito a Rua Xavantes, Al1, 2º ander (adficio da Vigilâncio Sanikária), a fim de Italar da seguinte ordem do día:

01 - Anáise e apreciação dos relatórios de Empenha do Fundo Municipal de Saúde de Pato Branco, referente aos meses de Janeiro e tevereiro de 2018;

02 - Assuntos gerais.

HONW CP - Con

Fato Branco, 26 de março de 2018.

Assis Francisco de Anhaia Presidente do Conseiho Municipal de Saúde

MUNICIPIO DE MARIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 1/2/18 - Processo n° 180/2/18 - O Municipio de Martipoles, ritravés do Profetio Municipio de Martipoles, ritravés do Profetio Municipio de General de Confesio designado pela Portaria n° 10/7/2/11 de 04 de sibri de 2917, de combrmisades com a Lei Frederal n° 3.890/7/3 se uso prosterores alterações, Describo Municipal n° 3/2/2/10, Lei Complementar n° 1/2/2/06, Describo n° 8.586/2/15, Lei Municipal Gonoplementar n° 1/2/2/09, Describo Nunicipal n° 3/2/2/10, de describo normas regulamentares applicaves a specia; bena público aos interessados que realizara LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROPENPRESAS - CARCINESPRESAS - PECALENNO PORTE — EPP. A OMERGOEMPRECIDEDOR INDIVIDUAL — MEI E Bocidado Cooperativa (S.C.), a que atés o de 30 de ABRIL de 2716, as 89500 (MOVE) horas, estra recedendo, o Protocolo de Licitações de Prefebrar Municipal de Municipale, caracterismento, e or envelopes contendo a documentação de 14/2/2/2/20 de Preposta d

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 013/2018

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: DE 26/03 A 17/04/2018

REGIME: ESTATUTÁRIO

CARGOS: Agante Administrativo, Agente Fiscal, Arquitelo, Cirurgilio Dentista ESB, Enfermeiro ESF, Engenheiro Agrinomo, Farmacibutico, Fieloterapsuta, Fonoaudiólogo, Médico de Trabalho, Médico ESF, Médico Ginecologista e Obstetra, Médico Vederinario, Nutricionista, Terapsuta Ocupacional, Atendente de Consultário Dentário, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Farmácia, Fiscal de Vigilância Sanitárie, Professori, Secretário Escolar, Técnico Agricolar, Técnico am Roscursos Humanose, Auxiliar de Cuidador Social, Borracheiro, Motorista, Operador de Máquina Rodoviária.

VALOR DE INSCRIÇÃO: DE R\$ 60.00 A R\$ 160.00

REMUNERAÇÃO INICIAL: DE R\$ 963,67 A R\$ 15,331,28

CONTRATAÇÃO IMEDIATA E CADASTRO DE RESERVA

EDITAL NA INTEGRA: www.conclusedefau.com.br e/ou www.chapirginho.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 014/2018

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: DE 28/03 A 17/04/2018

REGIME: CLT

EMPREGO PÚBLICO: Agente de Endemias e Agenta Comunitário de Saúde

VALOR DE INSCRIÇÃO; R\$ 80,00

REMUNERAÇÃO INICIAL: R\$ 1,356.08

CONTRATAÇÃO IMEDIATA E CADASTRO DE RESERVA

EDITAL NA INTEGRA: www.concursostau.com.br e/ou www.chopinzinho.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

PORTARIA N°, 160/2015

ADEMIR JOSÉ GHELLER, Prefeté Municipal de Clevelândis, Estado do Paraná no uso das atribuições que Pies são conferidas por Lai;

Récultura estada e

Esta Primana entra ent rigor na data de sua puercação. (revogam — se sa caposições em conflário Co Perfetiro Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, EM 28 DE MARÇO DE 2018. ADEMIR JOSÉ CHELLER PREFETIO MUNICIPAL

Envision art; 19/03/2019 16:14:00

PREFETURA MUNICIPAL DE CLEVELANDIA, ESTADO DO PARANÁ

10 DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENDAL Nº. 02/2018 - PROCESSO Nº. 02/2018 REGISTRO DE

COB Nº. 000/2018 TPO. Memor Pringo - Por Bern. O Municipio de Clevelandia, PR., avisa sos intrevendos

tre instance incapa, no está 110/40/2018 a co 101a, no Baisa o Licitações, sos la Propa Gestão Vergas, 17 - en - Carlvelandia - Pir, na mostidades de Propa, na fazora Presencial, re forma Presencial, distribución - Pir, na mostidades de Propa, na fazora Presencial, re forma Presencial, distribución de Apuela de Comisión, some presencial, distribución de Propa, na mostidades de Propa, na fazora Presencial, re forma Presencial, distribución de Apuela de Comisión, comisión de Apuela de Comisión, perental de la Municipa de apuela de 10 de 1

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA -- PR RESUMO DE CONTRATOS ào Eletrónico nº 125/2017, OBJETO: equisição de processo nº 08906,533000/1150-01 - recurso de

CONTRATO Nº	CONTRATADA	CNPJN*	TOTAL
31/2018	ANDRIANI E ANDRIANI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	07.621.659/0001-68	3.564.99
32/2018	CCK COMERCIAL EIRELI EPP	22,065,938/0001-22	558,00
33/2018	DUOMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES	82,367,225/0001-51	237,00
34/2018	ESFERA MASTER COMERCIAL EIRELI	26,527,362/0001-29	4,650,00
35/2018	HAND LIFE SUPRIMENTOS MEDICOS E FISIOTERAPICOS EIRELI - EPP	07,590,023/0001-42	10.320,00
38/2018	HOX COMERCIAL EIRELI - ME	24,039,460/0001-56	6,200,00
37/2018	HS MED COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES	00,064.780/0001-33	11,490,00
38/2018	METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES	06,785,117/0001423	13,712,97
39/2018	MORIMED COMERCIAL - ERELI - EPP	25.499.522/0001-73	25,431,99
40/2018	ORTONUTRE COM DE PRODUTOS HOSPITALARES	11,541,499/0001-80	11,885,00
41/2018	POSSATTO & POSSATO LTDA - EPP	72.150,550/0001-06	350,00
42/2018	PREGWEB LTDA	27.114.845/0001-54	60,750,00
43/2018	SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS ERELI-ME	28,820,268/0001-10	1,499,00
44/2018	V.S.COSTA & CIA LTDA	05,285,960/0001-83	3,915,42

CONTRATADA	CNPJ N*	TOTAL
JEFERSON MARCELO NEUMANN - ME	18,805,854/0001-00	4,323,43
JOTTPLAY COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA .	01.765.837/0001-31	1.295,00
MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME	17,353,206/0001-97	5,962,07
REJANE COMERCIO DE PRODUTOS PEDAGOGICOS LTDA	01,763.210/0001-02	5.137,59
	JEFERSON MARCELO NEUMANN - ME JOTTIPLAY COMERCIO DE BRINGUEDOS LTDA - EPP MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME REJAME COMERCIO DE PRODUTOS	JEPERSON MARCELO NEUMANN - ME 18.66.8540001-30 JOTTPLAY COMERCED DE BRINGUEDOS LTDA - 01.768.8370001-31 EPP MONICA REGINA DE NELLO PARIA - ME 78.0408 - COMERCEO DE PRODUTOS 0.758.3000001-37

RESUNO DE ATAN DE REGISTRO DE PRECOS

Referents eo Edits! Prede Presencial d'182016. Objets: registro de preço para futura e eve espaispes de prese novve, obrerates es el nova e proteore rovve, acta e fotos de referent per estores el registro de presencial de seferial de la misigat. Pratic : 12 meses, de 02.03.2016 a 01.03.2019. Confriburação de como Vivia. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO Nº	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
35/2918	CV TYRES EIRELINE	28.888.423/0001-09	343,486,00
36/2018	FABIO L. SZYCHTA EIRELI - ME	25,115,513/0001-03	58.182,90
37/2018	OAMIS PNEUS INPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME	20,707.920/0001-61	125,328,00
38/2018	PNEUS COMERCIO DE PNEUS EIREU - ME	06.880,942/0001-09	98,077,00
39/2018	RK2 PNEUS EIRELI - ME	28.472.570/0001-78	\$7,470,00

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná



Terca-Feira, 27 de Marco de 2018

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VII - Edição Nº 1573

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

LEI N°. 2,837, de 26 de Março de 2018.

Concede reajuste de salário/vencimento para Servidores ativos e inativos da Municipalidade. - Autoria: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam reajustados em 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) os salários/vencimento dos Servidores Públicos Municipais, ativos e inativos, a partir de 1º(primeiro) de março de 2018, que corresponde a:

 2,17% de recomposição salarial, resultante da média aritmética da variação do INPC-IBGE e do ICV-DIEESE no período de Março de 2017 a Fevereiro de 2018, e II. 0.53% à título de aumento real.

Art. 2º. Ficam atualizados em 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de que trata a Lei Municipal nº. 2.401 de 28/2012, a partir de 1º(primeiro) de março de 2018.

Art. 3º. Os pontos percentuais estabelecidos no art. 1º desta Lei serão aplicados sobre os valores constantes nas seguintes Tabelas de Salário/Vencimento anexa aos Decretos Municipais nº. 6.187 de 04/04/2017, pertencente ao Regime Jurídico Celetista e nº. 6.188, de 04/04/2017, pertencente ao Regime Jurídico Estatutário:

I. Tabela de Salários dos Servidores Públicos Municipais-Anexo VII da Lei nº. 1021/89 de 27/10/89, exceto para os Empregos de Professor, Pedagogo e Supervisor Pedagógico; II. Tabela de Vencimentos dos Servidores Inativos da Municipalidade-Anexo I da Lei nº. 1021/89 de 27/10/89, exceto professor aposentado;

Tabela de Valores dos Cargos de Provimento em Comissão-Anexo II da Lei nº. 459/97 de 19/12/97:

IV. Tabela de Vencimento-Cargos de Provimento Efetivo, Grupos Ocupacionais I a VI e VIII - Anexos I e III da Lei nº. 1847 de 27/03/2006 combinado com o disposto na Lei Municipal no. 2.616 de 17/09/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral para o Exercício corrente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º(primeiro) de março de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2018, 129º da República e 63º do Município.

FRANK SCHIAVINI - Prefeito Municipal - Registre-se e Publique-se

Sâmara de M. Spagnoli Noemir Jose Antoniolli

Chefe de Gabinete

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

DECRETO Nº 6360, de 22 de março de 2018.

O Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, e considerando que o nosso Município será sede do 61º Jogos Abertos do Paraná Divisão B – Fase Final – que acontecerá nos dias 17 à 23 de agosto de 2018, DECRETA:

Art. 1º-Fica constituída a Comissão Executiva Municipal do 61º Jogos Abertos do Paraná/2018 - Divisão B - Fase Final, composta pelos seguintes membros:

Presidente de Honra: Frank Ariel Schiavini; Presidente Executivo: Antonio Baggio;

Coordenação Geral: Sirlei Piva;

Assessor de Coordenação: Noemir José Antoniolli; Coordenação Administrativa: Ademir Antonio Azilieiro;

Coordenação de Alimentação: Humberton Viana pordenação de Aloiamentos: Nancy Perin

oordenação de Atendimento Médico: Liliane Fontanive;

Coordenação de Cerimoniais: Simone Terezinha Sozo;

Coordenação de Imprensa: Ricardo Cesar Oliveira;

Coordenação de Segurança: Cap. Vicente Carvalho Junior.

Coordenação de Infraestrutura: Leandro Signor e Inério Krambeck;

Coordenação de Serviços Gerais: Jean Michael Hartke, José Giacomoni e Atalíbio Antunes:

Coordenação de Informática: Itamar Bortolazzi Junior:

Coordenação de Transporte: José Mussolini Gemelli;

COORDENADORES DE MODALIDADES:

Basquetebol: Nádíja Paixão;

Bocha: Paulinho Brustolin:

Bolão: Ademir Azilieiro: Futebol: Emerson Pizzi:

Futebol 7: Aloir Lopes;

Futsal: Amanda dos Santos;

Handebol: Miguel Carli;

Handebol de Areia: Milena Correla;

Kick Boxing: Cleverson Ramos; Voleibol: Odarlan Basso:

Voleibol de Praia: Camila Amaral de Jesus.

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida aos 22 (vinte e dois) dias do mês de marco de 2018.

Frank Ariel Schiavini - Prefeito Municipal - Registre-se e publique-se,

Noemir José AntonioIII - Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 065/2018 - 26.03.2018

O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste Pinhais do Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11,107/05, no Decreto nº 6,017/07, no Protocolo de Intenções, no Estatuto e na Primeira Alteração Estatutária do Consórcio, bem como por deliberação da Assembleia Geral, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam reajustados em 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) os salários/vencimento dos empregados públicos e detentores de cargo em comissão do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste Pinhais do Estado do Paraná, que corresponde a recomposição salarial resultante da média aritmética da variação do INPC-IBGE e do ICV-DIEESE no período de Março de 2017 a Fevereiro de 2018, a partir de 1º (primeiro) de março de 2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral para o Exercício corrente.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º (primeiro) de março de 2018, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, NOTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste Pinhais do Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de 2018.

Frank Ariel Schlaviní - Presidente do Consórcio

RESUMO DE CONTRATOS

Saúde, CONTRATADAS:

Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 125/2017. OBJETO: aquisição de equipamentos hospitalares para unidade básica de saúde, processo nº 08906.533000/1150-01-recurso de emenda parlamentar 81001476-ministério da saúde-bloco: investimento-ação: estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde. Prazo de vigência: 365 dias, Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de

CONTRATO Nº	CONTRATADA	CNPJ Nº	VALOR TOTAL
31/2018	ANDRIANI E ANDRIANI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME	07.621,559/0001-88	3.564,99
32/2018	CCK COMERCIAL EIRELI EPP	22,065,938/0001-22	558,00
33/2018	DUOMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI EPP	82.387.226/0001-51	237,00
34/2018	ESFERA MASTER COMERCIAL EIRELI	26.527.362/0001-29	4.650,00
35/2018	HAND LIFE SUPRIMENTOS MEDICOS E FISIOTERAPICOS EIRELI- EPP	07.590.023/0001-42	10.320,00
36/2018	HDX COMERCIAL EIRELI-ME	24.039.450/0001-56	6.200,00
37/2018	HS MED COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES LTDA-EPP	00.064.780/0001-33	11.490,00
38/2018	METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	05.788.117/0001-03	13.712,97
39/2018	MORIMED COMERCIAL-EIRELI-EPP	26,499.522/0001-73	25.431,99
40/2018	ORTONUTRE COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME	11,541,499/0001-60	11.885,00
41/2018	POSSATTO & POSSATO LTDA-EPP	72.150.550/0001-08	350,00
42/2018	PREGWEB LTDA	27,114,845/0001-84	60.750,00
43/2018	SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI-ME	28.820.255/0001-10	1.499,00
44/2018	V.S.COSTA & CIA LTDA	05.286,960/0001-83	3,918,42

Coronel Vivida, 27 de fevereiro de 2018. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Cod264308

Cod264357

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

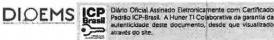
Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 16/2018. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos, câmaras de ar novas e protetores novos para a frota de veículos e máquinas de todos os setores da administração municipal. Prazo: 12 meses, de 02.03.2018 a 01.03.2019. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO Nº	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
35/2018	CV TYRES EIRELI ME	28.888.423/0001-09	343,466,00
36/2018	FABIO L. SZYCHTA EIRELI-ME	25.115.613/0001-03	68.182,90
37/2018	OAMIS PNEUS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ME	20.707.920/0001-51	125.328,00
38/2018	PNEUS COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI-ME	06.880.642/0001-09	96.077,00
39/2018	RK2 PNEUS EIRELI-ME	26,472.570/0001-78	87,470,00

Coronel Vivida, 01 de março de 2018. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Cod284310









Ministério do Meio Ambiente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaváveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

istro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
73514	21/12/2017	21/12/2017	21/03/2018
	*		

Dados básicos:

Regis

CNPJ: Razão Social: 59.179.838/0002-18

Nome fantasia:

PIRELLI PNEUS S/A PIRELLI PNEUS

Data de abertura : 02/01/1970

Endereço:

logradouro:

AV. JOHN BOYD DUNLOP 6800

N.º: Bairro:

CEP:

6800

CAMPO GRANDE

13059-740

Complemento:

Município:

CAMPINAS

UF:

SP

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
9-5	fabricação de câmara de ar
9-6	fabricação de pneumáticos
9-7	recondicionamento de pneumáticos
21-27	uso próprio de motosserra ou para empréstimo a terceiros
21-3	utilização de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal
18-70	importação de pneus e similares

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	BVN729VG1NQ78RYN





Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaváveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

 Registro n.º
 Data da consulta:
 CR emitido em:
 CR válido até:

 6501058
 18/01/2018
 18/01/2018
 18/04/2018

Dados básicos:

CNPJ: 22.301.988/0005-95

Razão Social: TP INDUSTRIAL DE PNEUS BRASIL LTDA.
Nome fantasia: TP INDUSTRIAL DE PNEUS BRASIL LTDA.

Data de abertura: 02/07/2015

Endereço:

Bairro:

logradouro: AV ELY CORREA

N.°: 1610

1610 Complemento:
DONA MERCEDES Município:

CEP: 94180-212 UF: RS

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

GRAVATAI

Código	Descrição	
9-6	fabricação de pneumáticos	
21-3	utilização de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal	
18-70	importação de pneus e similares	

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	67WWFM2CM1H15JS4

IBAMA - CTF/APP 18/01/2018 - 16:57:01



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaváveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

 Registro n.º
 Data da consulta:
 CR emitido em:
 CR válido até:

 6718190
 09/01/2018
 09/01/2018
 09/04/2018

Dados básicos:

CNPJ: 25.115.613/0001-03

Razão Social : FABIO L. SZYCHTA EIRELI - ME Nome fantasia : FABIO L. SZYCHTA EIRELI - ME

Data de abertura: 01/07/2016

Endereço:

logradouro: RUA ROTARY

N.°: 69

692 Complemento:

Bairro: SANTANA Município: GUARAPUAVA

CEP: 85070-280 UF: PR

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP

Código	Descrição	
9-7	recondicionamento de pneumáticos	
18-70	importação de pneus e similares	

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	UNSH719H8CYY732R

IBAMA - CTF/APP 09/01/2018 - 15:14:35



PIRELLI PNEUS LTDA



CNPJ 59.179.838/0005-60

Santo André, 11 de Dezembro de 2014

DECLARAÇÃO

A Pirelli Pneus LTDA garante os produtos fabricados pelas empresas Pirelli no mundo, conforme origem estampada nos flancos, comercializados em todo o território nacional, contra qualquer eventual defeito de fabricação que venha a ser constatado. Os termos da garantia estão contidos no nosso "Manual de Orientação de Uso e Garantia".

Os Pneus Pirelli gozam de garantia máxima de fabricação contra falhas no projeto, matéria prima ou mão de obra, de até 5 anos da data de sua compra, devidamente comprovada. Os pneus serão substituídos em até 72 horas após constatação da falha no processo de fabricação comprovados através do laudo técnico Pirelli.

Declaramos para os devidos fins, que a Pirelli possui corpo técnico responsável pela garantia e caso haja qualquer reclamação relativa a produto de nossa fabricação, solicitamos que ligue para a Pirelli (SAC 0800-728-7638 - Ligação gratuita), onde você será instruído sobre como proceder a sua reclamação, ou acesse ao site www.pirelli.com.br e encontre um Revendedor Autorizado mais próximo para encaminhar o produto para análise pelos técnicos da Pirelli ou Técnicos credenciados.

Sem mais para o momento, subscrevendo-nos cordialmente.

DAQUIN CARLOS MINHOTO

um & Bamos PEDRO TEIXEIRA BARROSO

Gerencia Concorrência Pública

Pirelli Pneus LTDA

Avenida Capuava, 603 - Santo André - SP - Brasil Cep.09111-000 - Tel. (11) 4998-3983 - Fax (11) 4998-3879

ORCPN - 28.º SUBDISTRITO DO JARDIM B

Leandro Andradé Pachess Escrevense Autorizade



PIRELLI PNEUS LTDA



DECLARAÇÃO

Declaramos à quem possa interessar que a empresa TP Industrial e Pirelli Pneus, fazem parte da mesma empresa e grupo de acionistas e que todos os produtos fornecidos por ambas são da marca Pirelli e possuem 5 anos de garantia estampados no flanco do Pneu.

Santo André, 16 de Março de 2016.

PEDRO TEIXEIRA BARROSO

Gerencia concorrência Pública

<u>Avenida Capuava</u>, 603 - Santo André - SP - Brasil Cep 09111-000 - Tel. (11) 4998-3983 - Fax (11) 4998-3879





DECLARAÇÃO

A Tortuga Produtos de Borracha Ltda., detentora das marcas Tortuga e QBom, declara para os devidos fins que possui:

- a) Sistema de Gestão da Qualidade certificado, com base na norma NBR ISO 9001:2008;
- b) Processo de fabricação que garante o atendimento dos valores limites de propriedades físicas e métodos de ensaio, estabelecidos na ABNT NBR 15557:2008 - Câmaras de ar para pneus – Requisitos e métodos de ensaio;
- c) Processo estruturado, para o recebimento e tratamento de Reclamação de Clientes;
- d) Corpo Técnico qualificado para realizar análise de defeitos relativos aos seus produtos;
- e) Garantia de 3 (três) anos para seus produtos, a partir da data de fabricação;
- f) Fábrica de Câmaras de Ar na cidade de Curitiba, Paraná, Brasil.

Curitiba-Pr, 29 de janeiro de 2.015.

José Antônio Piazza

Gerente Desenvolvimento e Qualidade

CERTIFICADO DE GARANTIA

A IRBO. Ind. De Artefatos de Borracha Ltda, com o CNPJ: 55.989.834/0001-63, garante seus protetores contra defeitos de fabricação pelo periodo de 1 ano, contados da data de compra e emissão da nota fiscal pela loja ou revenda autorizada, ou apartir da data de fabricação com mes e ano, e expressa no verso do protetor, em caso da ausência de nota fiscal correspondente.

Para que haja cobertura pela garantía oferecida pelo fabricante, os defeitos eventualmente reclamados pelo consumidor, deverão ser atestados pelo setor técnico da IRBO, ou por representante técnico indicado pela IRBO

Ressaltamos que haverá o ressarcimento somente se forem atendidas todas as exigências para o perfeito aproveitamento e vida util do protetor:

- O protetor deve ser montado com a utilização de lubrificante para evitar dobras nas laterais e deslocamento da peça o que compromete a eficiência no uso.
- A roda deverá ser lixada e livre de ferrugem e ou perfurações por ferrugem para não comprometer a eficiência do protetor em sua função de proteger a câmara.
- O protetor deve ser montado com o conjunto pneu e câmara de ar novos e ser mantido somente até a vida util do pneu, ou seja não pode ser reaproveitado, pois na remontagem as suas caracteristicas de peça nova que é a flexibilidade e elasticidade já estarão comprometidas o que não lhe conferirá a garantia por já ter sido utilizado além do limite de sua vida útil.
- O conjunto deverá sempre ser mantido com a calibragem correta, pois a baixa pressão do pneu e câmara exigirá do protetor um esforço e ou tração além do limite ao que o protetor resiste levando ao rompimento e consequentemente sem a cobertura da garantía.
- O conjunto pneu, câmara de ar e protetor devem trabalhar sempre nos limites da carga especifica de cada veiculo, pois o excesso de peso tambem gera um esforço de tração além do que o protetor pode resistir e assim vindo a romper e tambem sem a cobertura da garantía.

Ribeirão Preto, Ano 2015

IRBO - Indústria de Ar

DE BORRACHA LTDA

Rus João Bim, 1225

Jardim Paulistano - CEP 14090-340

RIBEIRÃO PRETO - SP